

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

A Produção do Conhecimento nas Ciências Sociais Aplicadas 3



Atena
Editora
Ano 2019

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

A Produção do Conhecimento nas Ciências Sociais Aplicadas 3

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Natália Sandrini e Lorena Prestes

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P964 A produção do conhecimento nas ciências sociais aplicadas 3 [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (A produção do conhecimento nas ciências sociais aplicadas; v. 3)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-294-4

DOI 10.22533/at.ed.944192604

1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Ciências sociais – Pesquisa – Brasil. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série.

CDD 307

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Os textos são um convite a leitura e reúnem autores das mais diversas instituições de ensino superior do Brasil, particulares e públicas, federais e estaduais, distribuídas entre vários estados, socializando o acesso a estes importantes resultados de pesquisas.

Os artigos foram organizados e distribuídos nos 5 volumes que compõe esta coleção, que tem por objetivo, apresentar resultados de pesquisas que envolvam a investigação científica na área das Ciências Sociais Aplicadas, sobretudo, que envolvam particularmente pesquisas em Administração e Urbanismo, Ciências Contábeis, Ciência da Informação, Direito, Planejamento Rural e Urbano e Serviço Social.

Neste 3º volume, reuni o total de 25 artigos que dialogam com o leitor sobre temas que envolvem direito, políticas públicas, crianças e adolescentes, o papel da legislação, grêmios estudantis e aspectos legais, assédio moral no trabalho, aborto, orçamento público, dentre outros. São temas que se interligam e apontam críticas e soluções dentro das possibilidades das Ciências Sociais Aplicadas.

Assim fechamos este 3º volume do livro “A produção do Conhecimento nas Ciências Sociais Aplicadas” e esperamos poder contribuir com o campo acadêmico e científico, trabalhando sempre para a disseminação do conhecimento científico.

Boa leitura!

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A ADOÇÃO DE MEDIDAS NEOLIBERAIS NO ESTADO A PARTIR DA CRISE DO CAPITAL	
Agercicleiton Coelho Guerra Antonia Rozimar Machado e Rocha Marcela Figueira Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.9441926041	
CAPÍTULO 2	11
A DEMOCRACIA PARTICIPATIVA COMO ALTERNATIVA À DEMOCRACIA LIBERAL EM CRISE	
Fernando Cunha Sanzovo Thaís Dalla Corte	
DOI 10.22533/at.ed.9441926042	
CAPÍTULO 3	20
A POLÍTICA DESENVOLVIDA PARA OS ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI: UMA BREVE REFLEXÃO	
Liana Almeida de Arantes Ana Maria Fraguas Garcia	
DOI 10.22533/at.ed.9441926043	
CAPÍTULO 4	33
A TEORIA DO INSTRUMENTALISMO PROCESSUAL E SUA RELEVÂNCIA PARA OS PROCESSOS COLETIVOS	
Tiago Sabóia Machado	
DOI 10.22533/at.ed.9441926044	
CAPÍTULO 5	43
ADOLESCENTE AUTOR DE ATO INFRACIONAL: DISCRIMINAÇÃO RACIAL NA BAHIA	
Núbia Oliveira Alves Sacramento Jéssica Silva da Paixão Samanta Alves de Barros Isabel Maria Sampaio Oliveira Lima	
DOI 10.22533/at.ed.9441926045	
CAPÍTULO 6	52
ADULTIZAÇÃO DE CRIANÇAS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: ENTENDIMENTO E PERSPECTIVAS	
Andréa Simone de Andrade Colin Marcia Cristina Argenti Perez	
DOI 10.22533/at.ed.9441926046	
CAPÍTULO 7	58
ANÁLISE DO PROCESSO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO EM EMPRESAS DE CHOPINZINHO E REGIÃO	
Geversson Grzeszczeszyn Samara Stefani Librelato Sandra Raquel Soares Vera Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.9441926047	

CAPÍTULO 8	63
APLICABILIDADE DA LEI Nº 8.666/93: UMA ANÁLISE DAS PRÁTICAS DA DISPENSA DE LICITAÇÃO APLICADA AOS ÓRGÃOS PÚBLICOS	
Mário César Sousa De Oliveira Soares	
Francisco Igo Leite Lira	
Audilene Da Silva	
Hugo Azevedo Rangel De Moraes	
DOI 10.22533/at.ed.9441926048	
CAPÍTULO 9	79
ASPECTOS JURÍDICOS E SOCIAIS DOS GRÊMIOS ESTUDANTIS ENQUANTO ESPAÇOS DE FORTALECIMENTO DAS JUVENTUDES NA FORMAÇÃO CIDADÃ	
José Erick Gomes da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.9441926049	
CAPÍTULO 10	89
ASSÉDIO MORAL NO TRABALHO: REFLEXÕES CONCEITUAIS SOBRE O PROCESSO DE GESTÃO	
Carla de Fátima Nascimento Queiroz de Paula	
Ana Carolina de Gouvea Dantas Motta	
Adriano Rosa da Silva	
Victor Gomes de Paula	
DOI 10.22533/at.ed.94419260410	
CAPÍTULO 11	111
DEMOCRACIA IMPERFEITA: O DIREITO COMO INSTRUMENTO DA VIOLÊNCIA SIMBÓLICA	
João Paulo Souza dos Santos Neto	
DOI 10.22533/at.ed.94419260411	
CAPÍTULO 12	124
ICMS <i>VERSUS</i> ALOCAÇÃO DE RECURSOS E INDICADORES SOCIAIS	
Francisca Francivânia Rodrigues Ribeiro Macêdo	
Adriana Carla da Silva Rebouças	
Geovanne Dias de Moura	
DOI 10.22533/at.ed.94419260412	
CAPÍTULO 13	142
IMPLICAÇÕES DA PERSONALIDADE JURÍDICA DO NASCITURO: QUESTÃO DO ABORTO	
Valdecir Daniel Passarini de Oliveira	
Elizângela Treméa Fell	
DOI 10.22533/at.ed.94419260413	
CAPÍTULO 14	158
MÍDIA, PATRIARCADO, CAPITALISMO E PERPETUAÇÃO DA CULTURA DO ESTUPRO	
Bruna Santiago Franchini	
DOI 10.22533/at.ed.94419260414	

CAPÍTULO 15	173
O ADVENTO DO ESTATUTO DO IDOSO - AVANÇOS. O DESAFIO DO ACESSO À JUSTIÇA COM DIREITO FUNDAMENTAL	
Fernando Chaim Guedes Farage Emanuel Jerônimo Faria Vespúcio Jerônimo Marques Vespúcio	
DOI 10.22533/at.ed.94419260415	
CAPÍTULO 16	182
O PRINCÍPIO DA BOA ADMINISTRAÇÃO E OS EFEITOS DE SUA INOBSERVÂNCIA NA GESTÃO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	
Ana Flavia Alves Azevedo Isis Lacerda de Oliveira da Silva Elisa Helena Lesqueves Galante	
DOI 10.22533/at.ed.94419260416	
CAPÍTULO 17	190
“O TEMPO RUIM VAI PASSAR”: O RISCO DE MORTE E A PROTEÇÃO DE JOVENS MORADORES DE PERIFERIA ENVOLVIDOS EM CONTEXTOS DE VIOLÊNCIA	
Fernanda de Paula Carvalho Gracielle Pouzas Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.94419260417	
CAPÍTULO 18	204
ORÇAMENTO PÚBLICO COMO FERRAMENTA DE ANÁLISE DOS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	
Raquel Virmond Rauen Dalla Vecchia	
DOI 10.22533/at.ed.94419260418	
CAPÍTULO 19	209
ORGANIZATIONAL UNLEARNING AND HUMAN OPPORTUNITY IN THE PATH OF RESILIENCE	
Anderson Sanita	
DOI 10.22533/at.ed.94419260419	
CAPÍTULO 20	221
OS FATORES PESSOAIS E ORGANIZACIONAIS QUE COMPROMETEM A QUALIDADE DO TRABALHO E DO DESEMPENHO DO TRABALHADOR	
Aline Alves Ferreira de Rezende Maria Aparecida Canale Balduino	
DOI 10.22533/at.ed.94419260420	
CAPÍTULO 21	232
PETROBRÁS PÓS LAVA-JATO: PRESENÇA DIGITAL E GESTÃO DE CRISE	
Nanci Maziero Trevisan Diana Vieira Galvão Julio André Piunti Yuri Tardelli Beatriz da Silva Facchini Angélica Ferreira Gonçalves Bruna Rodrigues Ramires Ariana Olivira Tatiana Kurokawa Hasimoto Gislaine Fogaça Nereu	
DOI 10.22533/at.ed.94419260421	

CAPÍTULO 22	238
QUAIS FATORES AFETAM A EFICIÊNCIA DOS TRIBUNAIS DE CONTAS ESTADUAIS NO BRASIL?	
Thiago Augusto de Oliveira Marinho Ferreira	
André Valente do Couto	
João Luis Binde	
José Vinicius da Costa Filho	
Leomir Lemos dos Santos	
Marcus Vinicius Taques Arruda	
Natacha Chabalin Ferraz	
DOI 10.22533/at.ed.94419260422	
CAPÍTULO 23	250
SISTEMA PRISIONAL: UMA LEITURA ANALÍTICA COMPORTAMENTAL	
Sandro Paes Sandre	
André Vasconcelos da Silva	
Ivana Thaís do Nascimento Oliveira	
Lorena de Macedo Oliveira Silva	
Sulamita da Silva Lucas	
DOI 10.22533/at.ed.94419260423	
CAPÍTULO 24	261
SMART DRUGS AND ETHICS	
Rodrigo Tonel	
Janaína Machado Sturza	
Aldemir Berwig	
Siena Magali Comassetto Kolling	
Tiago Protti Spinato	
Fernando Augusto Mainardi	
Stenio Marcio Kwiatkowski Zakszeski	
DOI 10.22533/at.ed.94419260424	
SOBRE O ORGANIZADOR	271

“O TEMPO RUIM VAI PASSAR”: O RISCO DE MORTE E A PROTEÇÃO DE JOVENS MORADORES DE PERIFERIA ENVOLVIDOS EM CONTEXTOS DE VIOLÊNCIA

Fernanda de Paula Carvalho

Mestra em Psicologia Social - FAFICH/UFMG.
Especialista em Políticas Públicas – DCP/FAFICH/
UFMG – Belo Horizonte/Minas Gerais

Gracielle Pouzas Ferreira

Especialista em Educação, Pobreza e
Desigualdade Social – FAE/FAFICH/UFMG – Belo
Horizonte/Minas Gerais

RESUMO: O artigo apresentado é produto de análises e reflexões elaboradas a partir do caminho profissional das autoras voltado em especial ao atendimento de adolescentes e jovens em situações de ameaça de morte, moradores de periferias. O texto traz reflexões sobre desafios e possibilidades, a partir da discussão de um caso, de se construir alternativas junto ao jovem e às políticas públicas, devido à complexidade que as situações que os riscos de morte violenta de jovens envolvidos em contextos de violência nos apresentam. Para entrar na discussão faz-se uma contextualização teórica e conceitual sobre temas centrais: juventudes, periferia, risco e proteção, tendo foco as conexões entre eles. A partir da análise do caso e das discussões teóricas propostas conclui-se que ser jovem e morador de periferia não podem ser considerados fatores de risco por si só, porém a conexão entre elementos como raça,

gênero, idade, local de moradia e a construção de trajetórias de envolvimento em contextos de violência, torna possível perceber diferentes graus de risco de morte. Outro ponto importante é a estrutura, ou falta dessas, em relação as redes social/pessoal/afetiva e também estatal/institucional. Portanto, ao se tratar do risco de morte e proteção de jovens envolvidos em contextos de violência, moradores de periferia, é necessário fazer um trabalho de construção conjunta de alternativas com o próprio jovem e seus familiares, mas também é preciso avaliar nas políticas públicas as formas de garantir acesso aos seus direitos, que resultem não só na sua sobrevivência, mas na possibilidade real de construção de novas trajetórias.

PALAVRAS CHAVE: jovens, ameaça à vida, proteção.

ABSTRACT: The article presented is a product of analyzes and reflections elaborated from the professional path of the authors wich is directed especially to the care of adolescents and young people in situations of death threat, residents of peripheries. The text brings reflections on the challenges and possibilities, starting from the discussion of a case, and to construct alternatives with the youth and public policies, due to the complexity that situations that the risks of violent death of young people involved in contexts of violence present us with . To enter

the discussion, a theoretical and conceptual contextualization are made on three central themes: youth, risk and protection, focusing the connections between them. Through the analysis of the case and the proposed theoretical discussions it is concluded that being young and living in the periphery can not be considered as risk factors alone, but the connection between elements such as race, gender, age, place of residence and construction of trajectories of involvement in contexts of violence, makes it possible to perceive different degrees of risk of death. Another important point is the structure, or lack thereof, in relation to the social / personal / affective and also state / institutional networks. Therefore, when dealing with the risk of death and protection of young people involved in contexts of violence, residents of the periphery, it is necessary to do a joint construction of alternatives with the youth itself and family members, but it is also necessary to evaluate in public policies the ways of guaranteeing access to their rights that result not only in their survival, but in the real possibility of building new trajectories.

KEYWORDS: young people, life threatening, protection.

1 | APRESENTAÇÃO

O presente artigo é produto de análises e reflexões elaboradas a partir do caminho profissional das autoras, voltado em especial ao atendimento de adolescentes e jovens, moradores de periferias, em situações de ameaça à vida.

Para entrar na discussão realizou-se uma breve contextualização teórica e conceitual sobre temas centrais: juventudes, periferia, risco/ameaça e proteção, tendo como foco as conexões entre eles. Como recurso de discussão utilizou-se a apresentação de um caso de construção da proteção para um jovem em situação de ameaça de morte. O jovem é morador de uma região de periferia em uma cidade do Estado de Minas Gerais e foi acompanhado pelas autoras através do trabalho no Programa de Controle de Homicídios - Fica Vivo! que compõe a Política Estadual de Prevenção à Criminalidade de Minas Gerais. Por fim, a partir do caso e das reflexões conceituais propostas realizou-se uma reflexão sobre desafios e possibilidades que dizem respeito as redes de proteção e a construção de alternativas à proteção de jovens moradores de periferia em situação de ameaça à vida.

2 | INTRODUÇÃO TEÓRICA

A partir do objeto de análise faremos uma contextualização teórica sobre os principais temas referidos, a fim de apresentar as escolhas conceituais utilizadas para embasar a discussão.

Iniciando pelo termo juventude vê-se, hoje em dia, como um tema muito presente na sociedade contemporânea, tanto nos espaços acadêmicos como nas agendas das políticas públicas. E, portanto, pela variedade de discussões a respeito, faz-se necessário delimitações conceituais acerca do tema.

O Estatuto da Juventude, publicado em 2013, no Art. 1-§ 1º dispõe sobre o recorte etário para a juventude considerando jovens “as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade.” Segundo Camarano, Letão, Pasinato e Kanzo (2004) a mais comum das imagens da juventude parece ser a de uma fase de transição entre o mundo das crianças e o mundo dos adultos, entre a infância e a maturidade.

Hoje em dia percebe-se as leituras que determinam a categoria pela idade ou enquanto fases como muito simplificada, pois não traduzem as variadas nuances que esse momento do desenvolvimento e transformação dos sujeitos pode expressar. Uma diversidade que foi traduzida para alguns autores, por exemplo, com a utilização da expressão “juventudes” no plural, representando as diversas formas que a condição juvenil pode ser vivenciada por diferentes sujeitos que as experimentam segundo os mais diferentes contextos socio-historico-culturais.

Juventudes que ganha contornos próprios em contextos históricos, sociais e culturais distintos, e é marcada pela diversidade nas condições sociais (origem de classe, por exemplo), culturais (etnias, identidades religiosas, valores, etc.) de gênero e, até mesmo, geográficas, dentre outros aspectos. (Dayrell e Reis 2007, p.3)

Portanto, é dentro dessa perspectiva que se propõe o recorte metodológico para a análise, a partir de uma das possibilidades de expressão das juventudes: jovens moradores de periferia, com envolvimento em contextos de violência/criminalidade.

Sabe-se que para além do contexto da criminalidade diversas outras manifestações sociais representam as periferias, entretanto, para esta análise, nos cabe destacar contextos específicos, por exemplo, os que envolvem situações de confrontos e rivalidades entre jovens, que resultam em homicídios tentados e consumados em que eles, os jovens, são os principais autores e vítimas. Jovens que são muitas vezes moradores da mesma rua, beco ou “quebrada”, colegas que cresceram juntos, amigos ou parentes, que por vezes atravessados pela dinâmica do tráfico e demais violências se vêem diante de situações de risco e ameaça a vida.

É importante destacar que empreendemos o conceito de “periferia” para além da localização geográfica, mas também enquanto espaço de construção da identidade de um lugar. Sob essa perspectiva, Novaes (2006) sugere as periferias enquanto “uma identidade construída nos últimos anos e que tem efeitos nos estilos, estéticas, vínculos sociais e laços afetivos das trajetórias de uma parcela dos jovens de hoje”. (p.116) Nesse sentido, é importante considerar diversos fatores na relação entre o jovem e o lugar em que vive, como o pertencimento, afetos e laços sociais, e, após isso partir para a discussão sobre o “risco” associado a estes jovens que têm a periferia como lugar de raiz.

Destaca-se neste momento um outro tema importante na discussão: a concepção de risco. É muito comum a associação do conceito de risco ao de perigo, ou com a dimensão da exposição a situações de perigo. Segundo Mendola (2005),

o termo risco tende (...) em muitos contextos, a tornar-se sinônimo de perigo ou

de situações de grande perigo. Fala-se, assim, de situações ou, ainda pior, de pessoas em risco para significar situações e pessoas para as quais se prevê, com grande probabilidade, a ocorrência de eventos negativos. (p.60)

Em contrapartida, ao se buscar o sentido etimológico da palavra *vê-se* que

o termo risco deriva do italiano *risicare*, que significa *ousar*. Ousar não constitui uma fatalidade, mas uma opção perante a oportunidade de obter maiores benefícios. Nesta perspectiva, o risco é encarado de forma positiva como uma expectativa de ganho pelo simples ato de se arriscar, de se optar por 'ir a jogo'. (Frade 2012, p. 53) .

O risco, em convergência com a concepção de Frade (2012), é um ousar e “ousar algo”, podendo ter prerrogativas e consequências diversas, inclusive positivas.

Contudo, na tentativa de localizar o que entendemos sobre o risco na perspectiva desse trabalho, reflete-se que o risco pressupõe um “risco de...”, já que pode ter consequências diversas. Assim, na tentativa de não associar diretamente a vivência da juventude de periferia como um risco negativo eminente, buscamos trazer um recorte específico em que o “*risco de morte violenta*” se configura na vida de um jovem a partir de uma série de contextos e variáveis.

Cabe ressaltar, neste ponto, que optamos por não localizar no tráfico de drogas o contexto exclusivo de causa e efeito das violências que acontecem nas comunidades onde os jovens estão inseridos. Isto porque, para nosso entendimento, a dinâmica do tráfico de drogas é complexa e está inserida em um contexto diverso de violações de direitos e vulnerabilidades sociais sendo marcado, por exemplo, pela consolidação de grupos que, instrumentalizados pelo acesso a armas de fogo, tornam letais as formas de resolução dos seus conflitos. Soares (2004) afirma que “as drogas financiam as armas e estas intensificam a violência associada a essas práticas criminosas, expandindo seu número e suas modalidades. ” (p. 132)

Além disto, se faz importante também destacar outras características que estão à frente na análise da letalidade juvenil nas periferias. Além do acesso a armas, fatores como gênero e raça estão vinculadas ao perfil desses autores e vítimas dos homicídios. Segundo o Mapa da Violência divulgado em 2013 mais da metade dos mortos por homicídio eram jovens, 71,44% negros e 93,03% do sexo masculino. (p.9)

Configurada essa análise discutiremos uma outra categoria presente no contexto do risco de morte violenta, que é a “*ameaça de morte*”. Recorrendo ao significado apresentado no dicionário de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, a ameaça é “palavra ou gesto que anuncia a alguém o mal que lhe queremos fazer. Sinal que indica um mal, uma doença.” Já o ato de ameaçar aparece descrito como “fazer prever (o que é mau), vir em tom de ameaça contra, levantar-se contra, estar iminente”.

Na pesquisa bibliográfica realizada, a discussão sobre a ameaça de morte apresenta-se em diversos artigos, textos e demais publicações associada especificamente a uma atitude criminosa em seu aspecto jurídico, e com o foco naquele que é o autor. É difícil encontrar referências que trazem leituras e discussões sobre a ameaça de morte que vão além da “condenação” jurídica sobre o crime de ameaça e

tratam da perspectiva subjetiva sob aquele que a sofre e a comete, o que se almeja neste trabalho.

A experiência do Programa Fica Vivo!, principalmente no que diz respeito a leitura das dinâmicas sociais e criminais de territórios com altos índices de criminalidades, nos mostra que por mais que aconteçam homicídios entre jovens motivados por grupos do tráfico rivais, em cada lugar há um contexto para essas motivações e também situações diferentes de rivalidades que acarretam ou não homicídios entre esses jovens. Segundo o texto da metodologia do Programa Fica Vivo entende-se por “dinâmicas sociais e criminais” atos e fenômenos de natureza social, cultural, econômica e territorial que interferem na incidência de violências e de crimes em uma determinada região.

As relações de aliança e rivalidade entre os grupos se modificam constantemente a partir de diferentes aspectos - acordos, desacordos, homicídios, apreensões e prisões. E, para sua proteção, muitos jovens pertencentes a essa dinâmica vinculam-se a grupos que, em dados momentos, dão lugar/proteção a eles no território, e podem possibilitar a adoção de medidas de segurança/proteção. Alguma dessas medidas percebidas no acompanhamento desses jovens seriam, por exemplo, a identificação de *sinais, ou situações de risco* e a tomada de atitudes de proteção diante esses.

Um desses sinais é a *ameaça de morte*: um aviso, recado, mensagem que antecipa a possibilidade de concretização - em ato - de uma morte violenta.

Enfatizamos nesse momento a possibilidade de analisar a ameaça para além de uma situação fatal, ou sem possibilidades de construções preventivas. Cabe-nos, nesse momento, entendê-la sob uma outra ótica, como algo que antecipa o crime, e, não exclusivamente como um crime. É importante destacar que não subestimamos a relevância da discussão jurídica da responsabilização pelo ato da ameaça, mas gostaríamos de colocar luz neste trabalho nos aspectos de proteção à vida do jovem, seja ele vítima ou agressor, quando vivenciada uma situação de ameaça. O que pauta a discussão neste sentido é o direito a vida e a proteção para além de um reconhecimento legal e jurídico, mas como preceito fundamental a todos os cidadãos.

Por fim, em relação às formas de proteção aos jovens, historicamente, a proteção estatal à criança e ao adolescente tiveram o olhar voltado basicamente para a delinqüência, construído diante uma realidade social configurada pelos roubos/furtos e a trajetória de rua de algumas crianças e adolescentes em todo país. O Código do Menor, instituído em 1927, objetivou reorganizar a política de assistência e proteção a partir de um discurso de proteção à sociedade *versus* proteção à criança e ao adolescente.

A primeira lei específica para crianças e jovens, o Código de Menores, que fazia parte de um projeto de higienização dos espaços públicos, tendo em vista a disciplinarização do trabalho como resultado das mudanças econômicas e políticas da época.(Ayes, Cardoso, Pereira, 2009, p.129)

Ao longo dos anos o Código de Menor sofre alterações, porém sem grandes

modificações filosóficas, até a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, que ai sim redireciona institucionalmente a política de assistência e proteção à crianças e adolescentes no Brasil.

Os pressupostos que constituem as bases das políticas sociais destinadas à população jovem vêm mudando de forma significativa nas últimas décadas. Em particular, os anos 80 e 90 apresentaram condições favoráveis a mudanças expressivas de enfoque e ação. A promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), bem como a participação de diferentes setores organizados da sociedade em defesa dos direitos da criança, constitui parte importante destas mudanças, tornadas possíveis dentro do contexto de redemocratização do país. (Rizzini, Backer, Cassaniga, 1999, p.1)

Os autores afirmam que o ECA propõe o deslocamento do olhar da criança e juventude enquanto situação de risco ou problema social para se tornarem sujeitos de direitos. Fundamentos também ratificados em 2013 com a Promulgação do Estatuto da Juventude.

O Estatuto da Juventude dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e as diretrizes das políticas públicas de juventude e cria ainda o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. Um salto para toda uma geração que necessita de políticas claras e que, com seus direitos garantidos, pode colaborar com a construção de um novo Brasil, mais justo e sustentável”. (Saldanha e Junqueira, 2013)

São essas mudanças de concepção que inauguraram para as políticas sociais novas formas de proteger a criança, adolescentes e mais recentemente os jovens, instituindo propostas intersetoriais, novas redes, equipamentos estatais e comunitários para lidar com a proteção desses públicos. Entretanto, este desafio de mudança de paradigmas e formas de ver a infância e juventude não traduziram-se efetivamente em mudanças.

Tal redirecionamento das políticas públicas no que tange à infância e juventude, ainda que propusesse uma mudança na lógica de proteção, agora vinculada à garantia dos direitos humanos e da cidadania permanece no viés da assistência, da vitimização. Esse pensamento coincide, temporalmente, com o neoliberalismo, com a lógica do chamado Estado mínimo nas questões sociais, o que acaba por abrir um fosso entre o que há na lei e o que acontece nas práticas cotidianas (Ayres, Cardoso, Pereira, 2009, p.130)

Diferentes autores afirmam que em relação a proteção à vida do jovem, e acesso às políticas públicas da infância e juventude, o texto constitucional e outras normativas estaduais e municipais, assim como resoluções e recomendações apresentam alternativas institucionais importantes principalmente para situações de ameaça e risco. Alguns exemplos são a institucionalização de projetos e programas estaduais e federais que tem como objetivo proteger crianças e adolescentes em risco, como por exemplo o PPCAAM e o Provita. Porém, o desafio como citado acima é a efetivação dessas normas nas práticas cotidianas.

O PPCAAM - Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte, criado em 2003 e instituído oficialmente por meio de Decreto Presidencial em 2007, é coordenado nacionalmente pela Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), por meio da Secretaria de Promoção dos

Direitos da Criança e do Adolescente (SNPDCA). O Programa tem como objetivo a preservação da vida de crianças e adolescentes ameaçados de morte por meio de uma medida protetiva que compreende a garantia de direitos fundamentais assegurados no Estatuto da Criança e do Adolescente, entre eles, o direito à vida, à dignidade, à convivência familiar e comunitária, à educação, à saúde, dentre outros. (Guia de Procedimentos PPCAAM- Secretaria de Direitos Humanos - Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente)

Provita é o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas, instituído pelo art. 12 da Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, no âmbito da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça, consiste no conjunto de medidas adotadas pela União com o fim de proporcionar proteção e assistência a pessoas ameaçadas ou coagidas em virtude de colaborarem com a investigação ou o processo criminal. (DECRETO Nº 3.518, DE 20 DE JUNHO DE 2000.)

Sabemos também que para além dessas alternativas institucionais existem outras redes sociais tais como os espaços comunitários, familiares, igrejas, Ongs e outras instituições, que possuem uma grande importância nas construções de possibilidades para tais situações.

Finalmente, para ilustrar a discussão será apresentado brevemente um caso acompanhado pelas autoras durante suas experiências profissionais no Programa Fica Vivo acerca da construção da proteção de um jovem morador de periferia, que teve sua vida ameaçada.

3 | O RELATO DO CASO

3.1 O Jovem, a trajetória de risco e as ameaças de morte

Vamos dar para o jovem o nome fictício de Pedro e trazer um pouco do seu contexto e trajetória de risco, até chegar nas ameaças e na entrada das instituições que o acolheram e os encaminhamentos.

Pedro é um jovem de 18 anos, morador de uma periferia. Sua família é constituída por ele, seus dois genitores, três irmãos e um sobrinho. Pedro relatou o início do seu envolvimento na criminalidade aos 13 anos através da venda de drogas, tendo como motivação a falta de recursos financeiros da família e a atitude violenta do pai em relação à mãe. Pedro abandonou os estudos ainda no Ensino Fundamental.

No relato do próprio jovem, a primeira vez em que Pedro se viu ameaçado foi devido a rivalidades com outros grupos no contexto do tráfico, há aproximadamente um ano e quatro meses anteriores ao primeiro encontro com o jovem que aconteceu no ano de 2014. A partir da ameaça, ele e sua família, se mudaram para outra cidade da região e de lá, articulam a inserção do jovem em uma instituição privada de tratamento de dependência química, instituição que o jovem evade por não se adaptar as regras e formas de funcionamento. Pedro fica alguns dias na rua e depois é acolhido por um abrigo, lugar em que relata ter presenciado uso e venda de drogas e várias outras situações de violência incluindo homicídio de pessoas lá acolhidas. Esta experiência o

assustou muito, tendo sido relatado por ele como mais uma situação risco para a sua vida.

Quando o jovem consegue retornar para a casa de sua família, Pedro volta a se envolver na dinâmica do tráfico e, em pouco tempo, sofre outra ameaça a sua vida. A partir disto, na falta de alternativas e com a urgência da situação, o jovem volta, acompanhado de sua mãe, para o bairro de onde saíra devido a primeira ameaça. Entretanto, pouco tempo depois encontra com integrantes do grupo ameaçador e é novamente ameaçado. Nesse momento Pedro, apoiado por sua mãe, resolve junto com a mãe procurar o CRAS - Centro de Referência de Assistência social, sendo a partir daí encaminhados para o Programa Fica Vivo!

Na história de vida de Pedro vê-se que o jovem possui um histórico familiar complexo, diversas vulnerabilidades e uma trajetória de vida com diferentes momentos de risco e ameaça.

3.2 A chegada de Pedro às redes de proteção

Pedro chega encaminhado pelo CRAS que apresenta a expectativa de que o Programa Fica Vivo!, pela especificidade de atendimento a jovens envolvidos com a criminalidade, pudesse apresentar alternativas para a proteção do jovem. Depois de construir um espaço de acolhimento e confiança para o atendimento do jovem, a equipe do Fica Vivo busca entender com Pedro os caminhos que o levaram para a situação de ameaça, se atentando para os pontos relacionados com o grau da risco que a ameaça apresentava e a urgência da proteção. Verificou-se com o jovem quais as alternativas que ele e sua família já haviam buscado e qual a rede de apoio com a qual eles podiam contar. Neste momento foi notória a falta de recursos emocionais/psíquicos, além de econômicos/sociais do jovem e da família para lidar com a situação que enfrentavam.

A mãe vivenciava uma situação de violência doméstica e o agressor (pai do jovem) era dependente de substâncias químicas. Este pai não participava do processo de construção de alternativas para a situação de Pedro e mostrava-se impaciente em relação a situação. Não havia recursos financeiros disponíveis para além da subsistência, e a rede de apoio da família estava esgotada.

3.3 As “não- possibilidades” de proteção

As soluções pensadas por Pedro, quando ele é convidado a essa construção de alternativas, estavam entre matar as pessoas que o estavam ameaçando ou sair andando pelo mundo, sem rumo, para fugir da situação. Possibilidades que foram problematizadas após o convite à construção de outras alternativas.

No caminho dessa construção foi possível pensar com o jovem duas possibilidades de encaminhamentos que respondiam à demanda imediata de sair do território com segurança: uma entidade de acolhimento institucional, situação de excepcionalidade

sabendo-se que este é um tipo de atendimento destinados a famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados; ou uma Casa de Recuperação/ Comunidade Terapêutica, apesar da demanda pelo tratamento não ser a inicial do atendimento, mas pelo uso de drogas atravessar toda sua trajetória de risco.

As opções apresentadas neste momento demonstram claramente a fragilidade nas alternativas para situações de ameaças diante os limites e vulnerabilidades sociais, financeiras e sociais deste caso. As alternativas construídas seriam excepcionalidades e estariam dentro de outras políticas- assistência ou saúde - em atendimentos que não apresentam a especificidade de atendimento do público, que neste caso se tratava de um jovem, maior de 18 anos, com a vida ameaçada. As duas possibilidades foram construídas como alternativas emergenciais para que pudessem acolher o jovem em território seguro enquanto, com o acompanhamento do Programa Fica Vivo e da rede de proteção, Pedro pudesse viver e seguir seus novos planos apresentados nos atendimentos: voltar a estudar e conseguir um emprego para se manter em outra região, longe dos riscos e da criminalidade.

Apesar de não demandar tratamento para dependência química e de não ter gostado da clínica em que foi internado em São Paulo, Pedro optou pela Casa de recuperação em detrimento do abrigo por acreditar que no último estaria em situação de maior vulnerabilidade e risco, partindo da experiência que já havia vivenciado. A partir disso foi possível articular com uma instituição religiosa do município a inserção do jovem em uma casa de recuperação de cunho religioso onde, a princípio, ele estaria em segurança.

3.4 A proteção possível

A estadia de Pedro na Casa de Recuperação durou quatro meses. Ao longo do primeiro mês a equipe do Programa Fica Vivo pode ouvir o jovem e Pedro mostrou-se adaptado à Casa e dizia estar “regenerando” (palavras do jovem). Afirmava que as intervenções de cunho religioso estavam o ajudando a sustentar seu posicionamento de mudança de trajetória, apesar da intensa oscilação que vivenciava entre a vida antiga e a que ele estava construindo neste novo contexto.

Nos meses seguintes aconteceram diversos eventos que o fizeram oscilar quanto à permanência na casa e quanto à sensação de segurança tanto dentro quanto fora da instituição. Dentre eles, a entrada de um novo usuário na instituição que era morador da região de onde vinha a sua ameaça; a visita que fez à família no território de ameaça sem autorização da casa de recuperação; a tentativa frustrada da mãe de tentar negociar com o grupo ameaçador; a não autorização, por parte casa de recuperação de sua saída da instituição em um período do dia para estudar; além dos desafios da falta de visitas da família e o extenso tempo ocioso.

A equipe do Programa Fica Vivo! ao longo deste tempo buscou também construir com o jovem, em conjunto com a instituição que o acolhia, estratégias de lidar com todas

essas situações de maneira que fosse possível a sua permanência, diante da análise da continuidade do risco no território.

Entretanto, no quarto mês de estadia Pedro evade da instituição e comparece ao Programa Fica Vivo (localizado no bairro onde ele estava ameaçado) relatando que já tinha aprendido o que precisava na casa e que agora precisava sair para movimentar sua vida em outra direção, conseguindo um emprego e um lugar para morar. Sua família tentava vender a casa para mudar de região, mas enquanto isso, Pedro acreditava estar seguro porque todos já estavam sabendo de sua 'conversão' religiosa. Pedro demanda da equipe ajuda para buscar emprego e é encaminhado para o SINE (Sistema Nacional de Emprego) quando é direcionado para uma vaga, porém desclassificado da entrevista de emprego por ter chegado atrasado.

Depois desse momento o jovem não comparece mais aos atendimentos no Programa Fica Vivo, mas a equipe o encontra nas ruas por duas vezes, em situações em ele estava acompanhado por outros jovens não sendo possível aprofundar nas conversas.

Seguiu-se acompanhando o caso através da rede e desses encontros eventuais, até a última notícia que se teve de Pedro que foi o seu homicídio, aproximadamente cinco meses depois de ter deixado a Casa de Recuperação. Entretanto, não foi possível entender se o homicídio teve relação com a ameaça que havia sofrido anteriormente e/ou com a dinâmica criminal atual, somado a possíveis condutas que o aproximaram de novos riscos em sua reinserção no contexto do tráfico.

4 | OS DESAFIOS

A complexidade do caso nos coloca diante de vários desafios, porém optamos por analisar neste texto os elementos que dizem respeito especificamente aos limites das redes de atendimento em discutir elementos que permitam a construção de alternativas para as situações de ameaças à vida de jovens e as possibilidades de proteção para estes jovens, em especial aos estão envolvidos com a criminalidade.

Situações como a de Pedro apresentam de imediato os limites das redes de proteção institucional e de políticas públicas de proteção que vivemos hoje, neste caso no Estado de Minas Gerais, mas talvez também no Brasil. As redes de proteção (institucionais) específicas para lidar com casos de ameaça de morte possuem definições metodológicas que impossibilita a inclusão e o atendimento de alguns casos, principalmente de jovens com idade superior a 18 anos que não possuam vinculação ao cumprimento de medida sócio-educativa. Ou também a condicionalidade de acolhimento a partir de contribuições à justiça através de testemunhos e denúncias referentes à situação de ameaça. Porém, quando as situações não são essas, o que é possível construir com esses jovens maiores de 18 anos?

Outro desafio diz respeito ao despreparo das redes em relação ao atendimento

e a discussão da proteção ao jovem, principalmente àquele que se encontra vinculado às dinâmicas de violência. Existe um “desinteresse” na construção de possibilidades de proteção a esses jovens com trajetória de envolvimento e que estão em situações de ameaça. Ou talvez exista uma expectativa de que somente um ator institucional construa respostas para tal situação ou ainda a perspectiva de não legitimidade dos direitos desse público.

No caso apresentado a expectativa de proteção tanto por parte do jovem quando das redes locais se vincula exclusivamente ao Programa Fica Vivo!, que pela especificidade de atendimento ao jovem com trajetória de envolvimento com a criminalidade naquela localidade tende a ser convocado pela rede local a construir respostas a essas situações e a articular com outras redes disponíveis e espaços possíveis de diálogo e construção conjunta. Além do Programa Fica Vivo!, que atua na segurança pública com foco na prevenção e proteção social outra instituição que é também convocada para lidar com este tipo de situação é a Polícia Militar. Tal instituição surge com grande expressividade enquanto possibilidade de encaminhamento por parte das redes locais existentes nos territórios pelo lugar constituído e institucionalizado de responsabilidade pela segurança pública. Tal posição acaba se tornando mais um fator de fragilidade nos encaminhamentos dos casos de ameaça já que a identificação da responsabilidade exclusiva da segurança e proteção nesta instituição específica (Polícia Militar) limita as possibilidades de construções conjuntas com outras redes.

Outro ponto de reflexão diz respeito a fragilidade das redes de apoio social/afetiva/pessoal em decorrência das vulnerabilidades e trajetórias de risco que os jovens vivenciam. O contexto de vulnerabilidades sociais vivenciado por muitos desses jovens se desenrola em uma teia tão extensa de violações que o próprio jovem já não mais possui recursos pessoais para novas construções. Isto se evidencia, no caso de Pedro, através das situações de violência doméstica da mãe, quadro de depressão do pai, uso de drogas do jovem e outros membros da família, situação socioeconômica da família, abandono da escola, e também por tentativas frustradas de resolução de outras situações de risco. Portanto, a inexistência também desta rede pessoal/afetiva/social, ou a dificuldade de ser acessada nos momentos que se faz mais necessária reduzem ainda mais as possibilidades de enfrentamento a situação, e fragilizam as construções de possibilidades de proteção.

5 | AS POSSIBILIDADES

A construção de alternativas de proteção à vida de jovens envolvidos com a criminalidade tem aspectos subjetivos e sociais extremamente importantes que não conseguiremos desenvolver somente neste trabalho, pois dizem respeito a diversos elementos, como por exemplo, as dificuldades subjetivas do jovem envolvido em romper com uma trajetória de risco.

A aposta que queremos apresentar neste trabalho é na capacidade de reflexão do próprio jovem sobre sua trajetória de risco, um caminho interessante que o Programa Fica Vivo! busca construir. Apesar dos limites de intervenção direta nos fatores sociais determinantes da violência e nas diversas vulnerabilidades destes jovens torna-se possível através da escuta e intervenção dos serviços e programas que são acessados por eles a construção de possibilidades e alternativas com o próprio jovem. Esse atendimento fortalece as redes dos jovens e permite a produção de recursos pessoais/emocionais para a tomada de decisão e para o enfrentamento das situações de violência que vivenciam ou venham vivenciar. Neste sentido ressaltamos que é importante dar voz, colocar o jovem para dizer e elaborar possibilidades.

Não trataremos aqui das possíveis causas e motivações dos jovens para inserção no crime dado a complexidade do tema. Contudo, identificamos no caso apresentado e também em outras situações acompanhadas, que o risco de morte violenta pode ser identificado nos caminhos que o jovem vai traçando para sua história pessoal, ou durante o seu envolvimento na criminalidade, associado ao contexto territorial no qual ele está inserido. Caminho que muitas vezes é acompanhado pelas diferentes redes ao longo da vida desses jovens, como por exemplo nos atendimentos à família nas políticas de assistência social, saúde; ou no atendimento aos jovens nas políticas como educação, saúde e esporte. As vulnerabilidades sociais e pessoais podem ser sinais passíveis de atenção, e esse cuidado romperá ciclos e identificará possibilidades de prevenção para que a proteção dos jovens seja possível, antes que a situação de risco a vida aconteça. Para isso é preciso dar conta de ouvir esse jovens independente das suas trajetórias e escolhas em relação à criminalidade, inclusive pautando sobre essas escolhas, suas trajetórias de envolvimento, sem deixar que a criminalização tape nossos ouvidos.

Outro aspecto importante para favorecer o apoio institucional aos casos como o de Pedro é atuação dos equipamentos e políticas públicas de forma intersetorial. A atuação em rede é um potencial suporte para que a família e o próprio jovem encontrem recursos, em diferentes áreas, para superar condições de vulnerabilidade que, muitas vezes, retroalimentam a inserção e permanência em contextos de vulnerabilidade. Além disso, ao se atuar em rede, os diversos equipamentos públicos tem maiores condições de identificar e antecipar possíveis riscos e construir possibilidades mais sustentáveis.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não podemos afirmar que o contexto social e histórico que o jovem morador de periferia vivência por si só faz com que sua vida esteja em risco. Tampouco que a condição juvenil seja vista como fator de risco ou enquanto algo que possa ameaçar vidas. Estamos falando de uma juventude que reflete as desigualdades e as diferenças

sociais da sociedade que vivemos, e, que devido às situações de perigo que se inserem, a partir dos acessos a instrumentos de violência, coloca a sua vida em risco.

Ser jovem não pode ser visto como fator de risco, pois existe uma pluralidade de possibilidades de ser/estar jovem. Tratamos aqui de uma análise em que o risco à vida para o jovem morador de periferia é crescente a partir da história de vulnerabilidades sociais, econômicas e culturais que vivenciam, além da trajetória de inserção em contextos de violência em determinados territórios. Em nossa percepção, um grande desafio em relação a ameaça à vida desses jovens está na construção de alternativas que impeçam que ela se concretize, e isso poderá se dar na intervenção a partir dos “sinais” e do pedido de proteção, que identificado precisam ser discutidos e reconstruídos.

Entretanto, um grande desafio é a marginalização histórica dos jovens, principalmente negros e moradores de periferias pela sociedade em geral e também pelas políticas públicas. Este é um fator que impossibilita a qualidade do acolhimento e encaminhamentos para cada caso, principalmente quando se trata de jovens envolvidos em contextos de violência. Tendo isso em vista, é necessário impulsionar as políticas públicas para que sejam capazes de acolher este público, perceber e analisar o contexto no qual estão inseridos e trabalhar considerando-os enquanto sujeitos de direito. Para além disso, é notória a importância de atuação institucional em rede, para que haja uma compreensão mais global das condições de vida dos sujeitos e a construção de caminhos conjuntos, com apoio mais integrado ao jovem e sua família.

Temos como ponto central a defesa dos direitos de todos, e neste trabalho em especial, a do jovem morador de periferia, que vivencia contexto de vulnerabilidades com trajetória de envolvimento com a criminalidade e situações de violência. Para isso é importante que existam políticas, programas, serviços e orientações que auxiliem os profissionais e também as redes locais, comunitárias nas construções de medidas de proteção para esses jovens. Contando com atores institucionais/políticos e trabalhando em rede com demais atores sociais será possível manter esses jovens vivos, acreditando neles e construindo possibilidades de proteção com o próprio sujeito, reescrevendo suas trajetórias de vida.

Para além disso ressaltamos a importância da garantia dos direitos fundamentais desses jovens e suas famílias, que são violados muitas vezes pelo próprio Estado não havendo condições mínimas de subsistência, dignidade e muito menos de criação de formas alternativas às violências que vivenciam diariamente em seus contextos. Portanto, se faz necessário um maior investimento nas políticas públicas já existentes e outros serviços para que dêem conta não somente de atender os jovens em situação de ameaça e risco à vida, mas que também possam intervir na promoção da vida digna e segura.

REFERÊNCIAS

- AYRES, Lygia Santa Maria, CARDOSO, Ana Paula, & PEREIRA, Livia Cretton. (2009). **O abrigo e as redes de proteção para a infância e a juventude**. *Fractal : Revista de Psicologia*, 21(1), 125-135. Recuperado em 19 de maio de 2015, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922009000100010&lng=pt&tling=pt. 10.1590/S1984-02922009000100010.
- BRITO, R., & KOLLER, S. H. (1999). **Desenvolvimento humano e redes de apoio social e afetivo**. In A. M. Carvalho (Ed.). *O mundo social da criança: Natureza e cultura em ação* (pp.115-129). São Paulo, Brasil: Casa do Psicólogo.
- CAMARANO, Ana Amélia; MELLO, Juliana Leitão e; PASINATO, Maria Tereza e KANZO, Solange. (2004). **Caminhos para a vida adulta: as múltiplas trajetórias dos jovens brasileiros**. Última Década, nº 21, Valparaíso, Diciembre 2004, PP. 11-50.
- DAYRELL, Juarez ; REIS, Juliana Batista. **Juventude e Escola: reflexões sobre o ensino da Sociologia no Ensino Médio**. In: Alice Plancherel; Evelina de Oliveira. (Org.). *Leituras sobre Sociologia no Ensino Médio*. Maceió: EDUFAL, 2007, v. 1, p. -.
- FRADE, C. **O direito face ao risco**. *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 86 | 2009, colocado online no dia 18 Julho 2012, criado a 11 Maio 2015. URL : <http://rccs.revues.org/220> ; DOI : 10.4000/rccs.220
- LA MENDOLA, Salvatore. (2005). **O sentido do risco**. *Tempo Social*, 17(2), 59-91. Recuperado em 09 de maio de 2015, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702005000200004&lng=pt&tling=pt. 10.1590/S0103-20702005000200004.
- WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2013: Homicídios e Juventude no Brasil**. Rio de Janeiro. 2013.
- NASCIMENTO, Marcos. (2004). **(Re)pensando as “masculinidades adolescentes”: homens jovens, gênero e saúde**. In: *Construções da sexualidade: genero, identidade e comportamento em tempos de aids*. In: Rio de Janeiro: PAUA, p 105-113.
- NOVAES, R. R. **Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias**. In: ALMEIDA, M. I. M.; EUGENIO, F. (Orgs). *Culturas jovens: novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- RAUPP, Luciane Marques, & MILNITISKY-SAPIRO, Clary. (2008). **A “reeducação” de adolescentes em uma comunidade terapêutica: o tratamento da drogadição em uma instituição religiosa**. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 24(3), 361-368. Retrieved May 13, 2015, from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722008000300013&lng=en&tling=pt. 10.1590/S0102-37722008000300013.
- RIZZINI, Irene; BARKER, Gary e CASSANIGA, Neide. **Políticas sociais em transformação: crianças e adolescentes na era dos direitos**. *Educ. rev.* [online]. 1999, n.15, pp. 1-9. ISSN 0104-4060.
- SALDANHA, Adrielle; JUNQUEIRA, Alice. **Estatuto da Juventude: o jovem como sujeito de direitos**. PÁGINA22 – Informação para o Novo Século. FGVce. Agosto/2013. Disponível em: <http://pagina22.com.br/2013/08/12/estatuto-da-juventude-o-jovem-como-sujeito-de-direitos/>. Acesso em: 10 jun. 2016.
- SOARES, Luiz Eduardo. (2004). **Juventude e violência no Brasil contemporâneo**. In: Novaes, Regina e Vannuchi, Paulo (orgs.). *Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Editora Fundação Perseu.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-294-4

